



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



LOA • 2027

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

CIDADE DE SÃO PAULO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SECRETARIA
DE PLANEJAMENTO
E EFICIÊNCIA**



**COORDENADORIA DO
PROCESSO ORÇAMENTÁRIO
MUNICIPAL**

**Secretaria Municipal de Planejamento
e Eficiência.** Coordenadoria do
Processo Orçamentário Municipal.

Lei Orçamentária Anual - 2027.
Cidade de São Paulo.

São Paulo: PMSP, 2026. [78] p.

Ricardo Nunes

| PREFEITO

Ricardo Araújo

| VICE-PREFEITO

André Lemos Jorge

Secretaria Municipal
de Justiça

Angela Vidal Gandra Martins

Secretaria Municipal de
Relações Internacionais

Carlos Augusto Manoel Vianna

Secretaria Municipal
de Habitação

Celso Jorge Caldeira

Secretaria Municipal de
Mobilidade Urbana e Transporte

Cibele Molina

Secretaria Municipal de
Planejamento e Eficiência

Daniel Falcão

Controladoria Geral
do Município

Edson Aparecido dos Santos

Secretaria de
Governo Municipal

Eliana Gomes

Secretaria Municipal de Assistên-
cia e Desenvolvimento Social

Elisabete França

Secretaria Municipal de
Urbanismo e Licenciamento

Erika Kelly Pereira Coimbra

Secretaria Municipal
de Esportes e Lazer

Fabricio Cobra Arbex

Secretaria Municipal
das Subprefeituras

Fernando Padula Novaes

Secretaria Municipal
de Educação

Flavio Freire dos Santos

Secretaria Especial
de Comunicação

Gustavo Lopes de Souza

Secretaria Municipal
de Turismo

Humberto de Alencar

Secretaria Municipal
de Inovação e Tecnologia

José Antônio Silva Parente

Secretaria Municipal de Cultura
e Economia Criativa

Juliana Lopes Bussacos

Secretaria Municipal
de Segurança Urbana

Luciana Sant'Ana Nardi

Procuradoria Geral
do Município

Luis Felipe Vidal Arellano

Secretaria Municipal
da Fazenda

Luiz Carlos Zamarco

Secretaria Municipal
da Saúde

Marcela Arruda

Secretaria Municipal
de Gestão

Marcos Monteiro

Secretaria Municipal
de Infraestrutura e Obras

Paulo Frange

Secretaria Municipal da Casa Civil

Regina Célia da Silveira Santana

Secretaria Municipal de
Direitos Humanos e Cidadania

Rodrigo Hayashi Goulart

Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Econômico e
Trabalho

Silvia Grecco

Secretaria Municipal
da Pessoa com Deficiência

Wanderley de Abreu Soares

Secretaria Municipal do Verde
e do Meio Ambiente



SUMÁRIO

1.	Introdução	07
2.	Estrutura do Projeto de Lei Orçamentária 2027	13
3.	Receitas	17
4.	Despesas	27
5.	Destaques temáticos	33
6.	Regionalização do Orçamento	51
7.	Subprefeituras	55
8.	Intersetorialidade	59
	8.1 . Orçamento da Pessoa Idosa	63
	8.2. Orçamento Climático	67
	8.3 . Orçamento da Igualdade Racial	71
	8.4. Orçamento da Mulher	74
	8.5. Orçamento da Pessoa com Deficiência	77
	8.6. Orçamento da Primeira Infância	80
9.	Orçamento Cidadão	83
	Dicionário de siglas	88
	Expediente	89

01.

LOA

2027



INTRODUÇÃO



**Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras
e Senhores Vereadores,**

Com responsabilidade e com a certeza de que podemos fazer sempre mais pela nossa cidade e pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, encaminho à apreciação desta Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2027.

A proposta, com despesa total fixada em R\$ 146.520.620.140,00, expressa o compromisso da nossa gestão com a expansão e melhoria constante dos serviços públicos e com a evolução crescente dos investimentos em infraestrutura e em programas inovadores capazes de ampliar o atendimento à população e garantir melhores oportunidades a todos que vivem, trabalham e visitam São Paulo.

O PLOA 2027 organiza, sob a ótica do orçamento público, as prioridades do planejamento municipal e as necessidades de uma metrópole marcada por sua diversidade e dinâmica territorial. Foi elaborado em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Municipal nº 18.524/2026, que estabelece as diretrizes orçamentárias para 2027. Está alinhado ao Plano Plurianual 2026-2029 e ao Programa de

Metas 2025-2028, em articulação com o Plano Diretor Estratégico e os demais planos setoriais que orientam o desenvolvimento da nossa cidade.

Seu propósito é assegurar que o planejamento orçamentário da Prefeitura de São Paulo se traduza em melhorias na vida cotidiana dos paulistanos: no acesso à saúde e à educação, na mobilidade, na proteção social, na redução das desigualdades, na conservação dos espaços públicos e na melhoria da infraestrutura urbana, sem jamais perder de vista a proteção à natureza e o cuidado com o meio ambiente.

A elaboração desta peça orçamentária ocorre em um cenário que exige prudência. As incertezas da economia internacional, as tensões comerciais e os conflitos geopolíticos podem repercutir sobre a atividade econômica e a arrecadação, enquanto os eventos climáticos extremos impõem desafios crescentes às cidades. Mesmo diante dessas condições, São Paulo demonstra a força de sua economia e a capacidade de sustentar uma ampla rede de serviços públicos e investimentos.



Para 2027, o orçamento prevê a destinação de um valor histórico em Investimentos e Inversões Financeiras: R\$ 20,6 bilhões – o maior valor já proposto para esse tipo de despesa na cidade de São Paulo e quatro vezes mais do que os R\$ 5 bilhões previstos no PLOA 2021. Esse recorde só foi possível graças à gestão eficiente e responsável das contas públicas. Sem aumentar nenhum imposto, recuperamos a saúde financeira do Município e estamos ampliando, a cada ano, a capacidade da Prefeitura de planejar e realizar investimentos de longo prazo.

Na nossa gestão, mais de 100 mil empresas transferiram suas sedes para São Paulo, e mais de 1 milhão de novos negócios foram criados na cidade. Esse movimento reafirma o dinamismo e pujança da economia paulistana, gera trabalho e renda para a população e incrementa as receitas tributárias que financiam as principais políticas municipais. Para 2027, as receitas próprias representam mais de 66% das receitas totais previstas, evidenciando a autonomia de São Paulo para financiar suas políticas públicas com recursos gerados na própria cidade. Preservar essa autonomia exige gestão responsável, acompanhamento permanente da arrecadação e execução do orçamento e planejamento na definição das fontes que sustentarão os investimentos.

Investimentos que se traduzem em avanços concretos, e foram muitos nos últimos anos. São Paulo realiza hoje o maior programa habitacional da sua história, o ‘Pode Entrar’, que já entregou mais de 23 mil casas e regularizou os imóveis de mais de 100 mil famílias, garantindo segurança jurídica e tranquilidade a quem aguardava há anos pela escritura da casa onde sempre viveu. A expansão da rede de saúde básica preencheu vazios assistenciais de décadas, e agora encaramos o desafio de ampliar os serviços de média complexidade com a completa renovação e modernização de todos os hospitais municipais da rede direta. Na Educação, a fila da creche continua zerada e cada vez mais alunos têm acesso ao ensino em período integral, e na Segurança Pública inovamos com o Smart Sampa, criando uma ampla rede de videomonitoramento inteligente com mais de 50 mil câmeras que fortaleceu o combate ao crime na nossa cidade. Outra iniciativa inovadora, que está sendo replicada em diversas cidades, é o Armazém Solidário. Dedicado às famílias vulneráveis inscritas no CadÚnico, o mercado oferece produtos com até 50% de desconto e faz parte de uma ampla política pública da Prefeitura reconhecida pelo Guinness World Records como o maior programa municipal de segurança alimentar do mundo.



Eu sei da importância de equipamentos como o Armazém Solidário e da presença do poder público nos bairros. Cresci na periferia e sei que o orçamento precisa chegar a quem mais precisa dos serviços da Prefeitura. A proposta para 2027 olha para os diferentes territórios de São Paulo por meio da regionalização do orçamento, que permite identificar onde os recursos serão aplicados e orientar as escolhas segundo as condições de infraestrutura, as características da população e as demandas e necessidades locais. E quem vive nos bairros também participa da definição dessas prioridades. No Orçamento Cidadão, os moradores apresentam propostas e os Conselhos Participativos Municipais definem quais serão priorizadas. Para 2027, estão previstos R\$ 320 milhões para os compromissos assumidos nesse processo, com R\$ 10 milhões destinados a cada uma das 32 subprefeituras.

A atenção às desigualdades se expressa, ainda, nos orçamentos da Pessoa Idosa, da Igualdade Racial, das Mulheres, da Pessoa com Deficiência e da Primeira Infância. Esses recortes tornam mais visível a contribuição

das diferentes áreas e órgãos da Prefeitura para públicos cujas necessidades exigem planejamento e respostas articuladas. O Orçamento Climático, por sua vez, identifica R\$ 33 bilhões em ações relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, viabilizando o planejamento orçamentário necessário às ações de prevenção, mitigação e adaptação da cidade.

Ao encaminhar este Projeto de Lei, submeto à deliberação desta Casa uma proposta que busca responder aos desafios da cidade e às demandas da população com responsabilidade, continuidade, inovação e um olhar esperançoso e promissor para o amanhã. Planejar o orçamento de São Paulo é olhar para as necessidades de hoje sem perder de vista a cidade que queremos construir. Tenho certeza de que o debate com o poder legislativo e a participação da sociedade serão fundamentais para o aperfeiçoamento deste PLOA 2027. É com diálogo, trabalho e confiança no futuro que faremos uma São Paulo cada vez mais justa e melhor para se viver.

Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo



02.

LOA

2027



ESTRUTURA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2027



Texto principal

Reúne os dispositivos legais que orientarão o orçamento do Município de São Paulo para o exercício, sendo organizados nas seguintes seções:

SEÇÃO I

Do Orçamento Fiscal Consolidado: informa o montante global da estimativa da receita e a fixação da despesa orçamentária

SEÇÃO II

Do Orçamento de Investimentos das Empresas: informa o montante das despesas das empresas não dependentes

SEÇÃO III

Da Autorização para a Contratação de Operação de Crédito: trata das regras para a contratação desse tipo de operação

SEÇÃO IV

Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais: remete às disposições da LDO 2027 para tratar da abertura de créditos adicionais

SEÇÃO V

Das Disposições Finais: apresenta outros dispositivos inerentes ao orçamento municipal e à sua execução





Anexos

Previstos pela Lei nº 18.524, de 16 de julho de 2026 (LDO 2027), detalham as informações da proposta orçamentária de 2027, abrangendo demonstrativos gerais, referências à legislação, receitas, despesas, dívida pública, empresas não dependentes e participação social.

CADERNO I

Anexo de Demonstrativos Gerais: série de informações e quadros consolidados de receita, despesa, metas fiscais, princípios, renúncias de receita, dívida ativa, depósitos judiciais e saldos de fundos municipais.

CADERNO II

Anexo de Previsão de Receitas: reúne a legislação que baseia a receita orçamentária, detalha as receitas por categoria, órgão e entidade, apresenta a evolução das receitas desde 2021, a metodologia de projeção e as desvinculações.

CADERNO III

Anexo de Fixação de Despesas: apresenta a legislação que baseia a atuação dos órgãos e entidades, detalha as despesas conforme diversos critérios e classificações, e culmina na distribuição regionalizada das despesas de 2027.

CADERNO IV

Anexo de Dívida Pública: traz demonstrativos sobre a dívida pública e as operações de crédito contratadas e previstas.

CADERNO V

Anexo de Orçamento de Investimentos das Empresas Não Dependentes: mostra informações sobre as empresas e os investimentos por projetos e fontes de recurso.

CADERNO VI

Anexo de Compromissos do Orçamento Cidadão: detalha os motivos de incorporação ou não das propostas eleitas no Orçamento Cidadão 2027.



03.

LOA

2027



RECEITAS



Cenário Econômico Internacional e Nacional

→ O primeiro semestre de 2026 foi marcado por um cenário internacional de crescimento moderado, porém cercado por elevada incerteza geopolítica. Os conflitos no Oriente Médio e os desdobramentos das medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos seguem influenciando os mercados globais, especialmente por meio dos preços de energia, alimentos e commodities. Embora o comércio internacional continue em expansão, observa-se desaceleração significativa do seu ritmo de crescimento: segundo o FMI, o volume de comércio mundial deverá crescer 2,8% em 2026, após expansão de 5,1% em 2025, refletindo os efeitos das tensões geopolíticas e das restrições comerciais sobre os fluxos globais.

No cenário-base do FMI, a economia mundial deverá crescer 3,1% em 2026 e 3,2% em 2027. As projeções são compatíveis com as estimativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê crescimento global de 2,9% em 2026 e 3,0% em 2027. Embora as perspectivas permaneçam positivas, os cenários alternativos elaborados pelo FMI indicam que a intensificação dos conflitos geopolíticos e a manutenção de preços elevados de energia e alimentos podem reduzir significativamente o ritmo de crescimento global.



Para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 1,9% em 2026 e 2,0% em 2027. A OCDE apresenta estimativa ligeiramente mais conservadora para 2026, com expansão de 1,5%, convergindo para 2027. As projeções também são próximas às expectativas do mercado doméstico captadas pelo Boletim Focus, cuja mediana aponta crescimento de 1,98% para 2026. Apesar do cenário-base relativamente favorável, permanecem riscos associados à evolução do conflito no Oriente Médio, à política comercial norte-americana, às condições financeiras internacionais, à implementação da Reforma Tributária e à ocorrência de eventos climáticos extremos, fatores que podem afetar a

atividade econômica e, consequentemente, a arrecadação municipal. Além das incertezas geopolíticas e econômicas, as perspectivas para o Brasil também permanecem condicionadas aos possíveis efeitos do fenômeno El Niño, cuja probabilidade de ocorrência é elevada ao longo de 2026. O fenômeno pode impactar a produção agropecuária, a logística, a geração de energia e os preços de alimentos, produzindo efeitos indiretos sobre a atividade econômica e as receitas municipais. A combinação desses fatores reforça a necessidade de acompanhamento contínuo dos indicadores econômicos, fiscais e climáticos ao longo do exercício.



Desempenho da Receita Municipal

→ No período de janeiro a junho de 2026, a Receita Total do Município alcançou R\$ 65,4 bilhões, registrando crescimento nominal de 7,18% e crescimento real de 2,21% em relação ao mesmo período de 2025. Nesse montante estão incluídas as receitas extraordinárias provenientes do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) e da Transação de Débitos Tributários (TDM), que totalizaram R\$ 1,1 bilhão no primeiro semestre de 2026.

O desempenho foi sustentado principalmente pelas Receitas Correntes, que cresceram 5,49% em termos reais, enquanto as Receitas de Capital apresentaram retração real de 38,86%. A estrutura das Receitas Correntes

permaneceu concentrada nos Tributos, responsáveis por 65,62% do total, seguidos pelas Transferências Correntes (25,29%), Receitas de Contribuições (3,59%), Receitas Patrimoniais (3,58%), Outras Receitas Correntes (1,73%) e Receitas de Serviços (0,18%). O subgrupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou crescimento de 6,6% em termos reais, impulsionado principalmente pelo desempenho do ISS, IPTU e ITBI. Excluindo-se as receitas extraordinárias do PPI e da TDM, a expansão alcança 7,25% em termos reais, reforçando o crescimento da arrecadação tributária recorrente.



LOA

2027

Tabela 1

Comparativo da Receita
Arrecadada janeiro a junho
2025 e 2026

3. RECEITA

RECEITA CONSOLIDADA Valores em R\$ Milhões * inclui valores referentes do PPI e TDM	2025			2026			Variação - Realizado	
	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	REALIZADO ATÉ JUNHO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	REALIZADO ATÉ JUNHO	NOMINAL	REAL
RECEITAS CORRENTES	102.030	105.318	52.456	111.282	111.556	58.026	10,62%	5,49%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.837	68.146	34.078	73.291	73.480	38.080	11,74%	6,56%
Receita de Contribuições	3.827	3.827	1.988	4.615	4.615	2.087	4,98%	0,12%
Receita Patrimonial	4.464	4.655	1.914	2.817	2.818	2.079	8,62%	3,59%
Receita de Serviços	111	111	72	149	149	103	42,81%	36,19%
Receita de Transferências	24.926	25.710	13.369	27.755	27.840	14.677	9,79%	4,70%
Outras Receitas Correntes	2.865	2.869	1.036	2.654	2.654	1.001	-3,34%	-7,82%
RECEITAS DE CAPITAL	11.521	12.653	3.384	13.892	13.947	2.169	-35,89%	-38,86%
Operações de Crédito	8.165	8.165	2.000	8.256	8.256	766	-61,67%	-63,45%
Alienações de Bens	14	427	7	15	62	76	908,98%	862,21%
Amortização de Empréstimos	18	18	13	23	23	117	810,21%	768,03%
Transferências de Capital	899	1.075	313	695	702	161	-48,74%	-51,12%
Outras Receitas de Capital	2.425	2.969	1.050	4.904	4.904	1.050	-0,07%	-4,70%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	12.103	12.103	5.155	12.223	12.223	5.178	0,45%	-4,21%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	12.103	12.103	5.155	12.223	12.223	5.178	0,45%	-4,21%
Receitas de Capital Intraorçamentárias	0	0	0	0	0	0	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0	0	-	-
RECEITA TOTAL	125.654	130.074	60.994	137.397	137.726	65.374		





Arrecadação Tributária

→ A arrecadação tributária apresentou desempenho positivo no semestre. O ISS registrou crescimento real de 9,59%, o IPTU avançou 4,99% e o ITBI cresceu 8,18%, refletindo o dinamismo dos setores de serviços e do mercado imobiliário. Mesmo desconsiderando as receitas extraordinárias provenientes do PPI e da Transação de Débitos Tributários, a arrecadação recorrente manteve trajetória de crescimento.

Transferências Intergovernamentais

→ As transferências correntes cresceram 4,70% em termos reais, com destaque para a cota-parte do ICMS, que registrou expansão real de 11,54%. O IPVA e os repasses do FUNDEB também apresentaram crescimento. Apesar do bom desempenho observado no primeiro semestre, a projeção anual do ICMS foi revisada para baixo em R\$ 100 milhões (redução de 1,10%), refletindo perspectivas menos favoráveis para o crescimento econômico, bem como as incertezas decorrentes das tarifas impostas pelos Estados Unidos e das eventuais medidas de retaliação por parte do governo brasileiro.



Receitas de Capital e Outorga Onerosa

→ As Receitas de Capital apresentaram queda expressiva, influenciadas principalmente pela redução das operações de crédito (-63,40% real) e das transferências de capital (-51,10% real). Os Depósitos Judiciais também apresentaram redução, enquanto a Alienação de Bens alcançou R\$ 76 milhões, com crescimento real de 862,21%. A arrecadação da Outorga Onerosa do Direito de Construir totalizou R\$ 888,6 milhões no semestre, representando redução de 1,99% em termos reais. Entretanto, novas restrições urbanísticas relacionadas ao Aeroporto Campo de Marte poderão limitar o potencial construtivo de determinadas áreas e gerar impactos negativos sobre essa receita nos próximos anos.



LOA

2027

Tabela 2

Comparativo da Receita
Tributária de janeiro a junho
2025 e 2026

3. RECEITA

TRIBUTOS (em R\$ Milhões)	1º Sem 2025	1º Sem 2026	Variação Nominal	Variação Real
ISS + Simples	17.982,60	20.664,30	14,91%	9,59%
ISS	16.222,30	18.681,60	15,16%	9,82%
Simples	1.747,80	1.972,30	12,84%	7,61%
PRD - Parc.	12,60	10,40	-17,46%	-21,29%
IPTU	9.644,90	10.618,80	10,10%	4,99%
ITBI-IV	2.002,60	2.271,60	13,43%	8,18%
ICMS	4.565,80	5.340,00	16,96%	11,54%
IPVA	3.880,30	4.089,50	5,39%	0,51%
TFE	86,50	87,70	1,39%	-3,31%
TFA	0,50	0,30	-40,00%	-42,78%
TRSS	69,10	66,00	-4,49%	-8,91%
TRSD	-	-	-	-
COSIP	363,40	423,90	16,65%	11,24%
Contrib. de Melhoria	-	-	-	-
Rec. Dívida Ativa	422,00	515,00	22,04%	16,38%
PPI	428,70	369,40	-13,83%	-17,83%
PPI 2024	968,70	316,90	-67,29%	-68,80%
PAT	101,90	136,30	33,76%	27,56%
TDM 2025	17,20	400,50	2228,49%	2120,57%
Multas/Juros SF	199,00	244,90	23,07%	17,36%
Multas/Juros Div. Ativa	71,10	41,40	-41,77%	-44,47%



04.

LOA

2027



DESPESAS



→ A despesa orçamentária expressa a forma como os recursos públicos serão aplicados para garantir o funcionamento da Administração Municipal, a prestação de serviços à população e a execução de investimentos voltados ao desenvolvimento da cidade. Sua composição reflete as prioridades do planejamento governamental, contemplando desde as despesas necessárias à manutenção das políticas públicas e dos equipamentos municipais até os investimentos em infraestrutura, ampliação de serviços e modernização da gestão pública.

A análise da distribuição das despesas permite compreender a estrutura de financiamento das ações governamentais e os principais componentes do orçamento municipal. Para isso, as despesas são classificadas segundo sua natureza econômica, evidenciando a participação das despesas correntes, destinadas principalmente à operação e manutenção dos serviços públicos, e das despesas de capital, voltadas aos investimentos e demais aplicações que contribuem para a expansão e melhoria da infraestrutura e da capacidade de atendimento do Município.

Despesa
Orçamentária

 **R\$ 146,52 bi**



A despesa orçamentária consolidada na proposta do Orçamento Fiscal de 2027 do Município de São Paulo foi fixada em **R\$ 146.520.620.140,00**, sendo:

- R\$ 122.954.415.937,00, ou 83,92%, como Despesas Correntes,
- R\$ 23.236.204.203,00, ou 15,86%, como Despesas de Capital, e,
- R\$ 330.000.000,00, ou 0,23%, como Reserva de Contingência.

A tabela ao lado apresenta os valores distribuídos por Grupo de Natureza de Despesa:

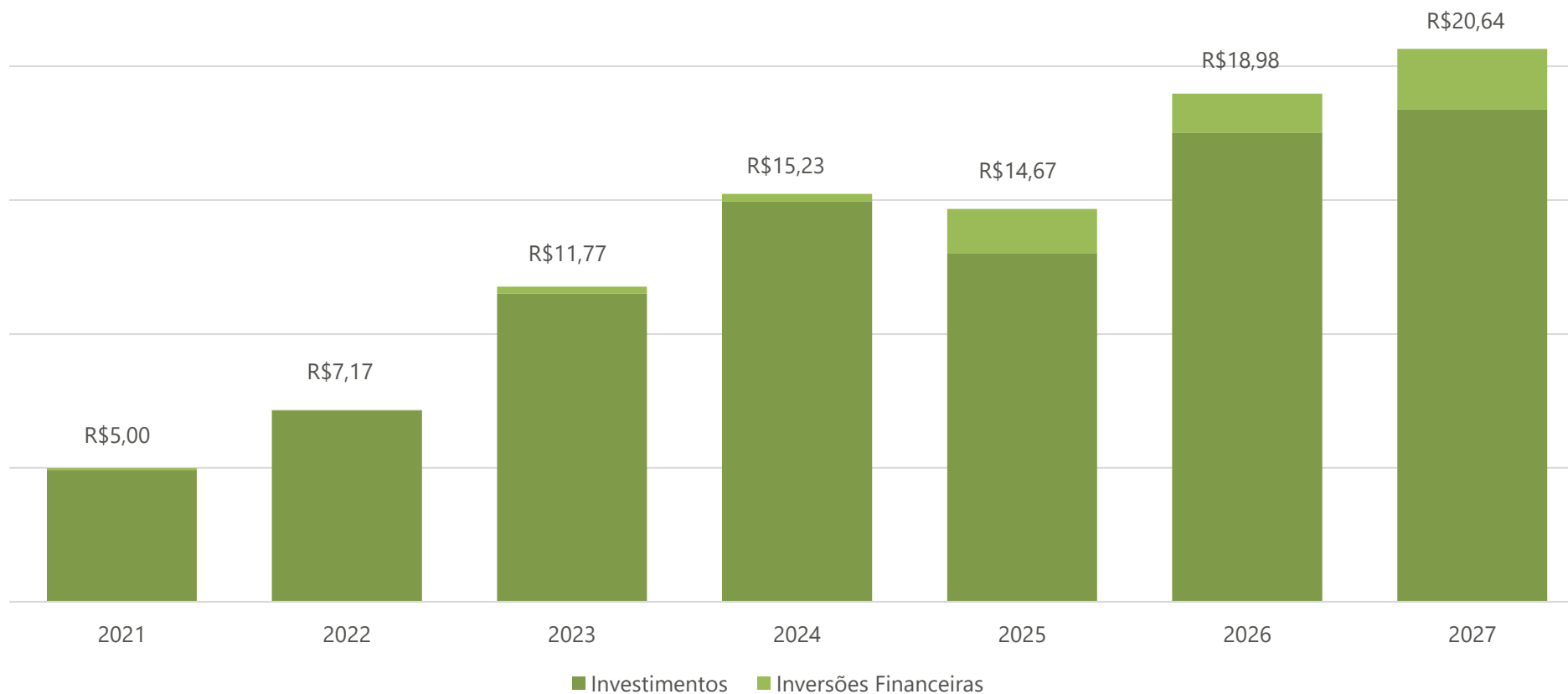
Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

Outras despesas correntes	R\$ 74,69 bi
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 45,94 bi
Investimentos	R\$ 18,40 bi
Amortização da Dívida	R\$ 2,59 bi
Juros e Encargos da Dívida	2,32 bi
Inversões Financeiras	2,24 bi
Reserva de Contingência	0,33 bi



Para 2027, o orçamento prevê a destinação de um valor histórico em Investimentos e Inversões Financeiras, totalizando R\$ 20,6 bilhões. Para essas despesas, este é o maior valor já proposto para a Cidade de São Paulo, com um crescimento em um ritmo ainda maior que o restante do orçamento. Assim, a Prefeitura reforça seu compromisso com a entrega de novas obras, serviços e equipamentos, promovendo a melhoria na mobilidade, na redução de desigualdades e na qualidade de vida dos cidadãos.

HISTÓRICO DOS INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS, 2021 A 2027 (em bilhões)





05.

LOA

2027



DESTAQUES TEMÁTICOS

→ O orçamento municipal traduz em recursos as prioridades para cuidar das pessoas e transformar a cidade. Sua organização por funções permite identificar as grandes áreas de atuação do poder público, como educação, saúde e habitação. As subfunções detalham essas destinações, tornando mais transparente a relação entre os recursos previstos e os serviços que chegam à população.

Para 2027, a proposta orçamentária sustenta políticas essenciais e a continuidade das transformações em curso. Entre os destaques, estão R\$ 14,78 bilhões para **Educação Infantil**, R\$ 11,61 bilhões para **Assistência Hospitalar e Ambulatorial** e R\$ 14,25 bilhões para **Transportes Coletivos Urbanos**. Na habitação, o **Pode Entrar** ocupa lugar central na ampliação do acesso à moradia, combinando mecanismos de produção e aquisição de unidades habitacionais.

São Paulo mantém sua **capacidade de financiar serviços e ampliar investimentos** nas diversas áreas. A força econômica da cidade, aliada à mobilização de receitas próprias e ao planejamento dos recursos, sustenta a continuidade das políticas públicas e reafirma o compromisso da Prefeitura com a qualidade de vida da população.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos recursos por função. Na sequência, os recortes temáticos articulam as realizações da gestão às prioridades da proposta para 2027.





Tabela 3

Funções

5. DESTAQUES
TEMÁTICOS

FUNÇÕES	VALOR (BILHÃO)
Educação	33,53
Saúde	27,76
Previdência Social	24,62
Transporte	16,10
Urbanismo	14,76
Encargos Especiais	6,85
Administração	4,50
Habitação	3,93
Assistência Social	3,32
Segurança Pública	2,13
Legislativa	1,98
Saneamento	1,63
Cultura	1,17
Gestão Ambiental	0,86
Direitos da Cidadania	0,81
Essencial à Justiça	0,65
Desporto e Lazer	0,61
Comércio e Serviços	0,55
Trabalho	0,41
Reserva de Contingência	0,33
Relações Exteriores	0,02
Agricultura	0,01
TOTAL	146,52



Nesta seção são apresentados os **principais destaques temáticos** da proposta orçamentária para 2027, evidenciando as prioridades da Administração Municipal nas áreas de maior relevância para a população.

Os recursos estão organizados por funções e subfunções orçamentárias.



Assistência
Social e Direitos
da Cidadania



Educação



Habitação e
Saneamento



Saúde



Segurança
Pública



Transporte e
Urbanismo

DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Assistência Social e Direitos da Cidadania

Proteger quem mais precisa e ampliar o acesso a direitos são compromissos que orientam a atuação da Prefeitura. As funções Assistência Social e Direitos da Cidadania reúnem ações de apoio às famílias, prevenção de vulnerabilidades, acolhimento e enfrentamento às violações de direitos, com atenção às diferentes necessidades da população.

Mesmo em um cenário de diminuição do repasse das verbas federais, nos últimos anos, São Paulo ampliou sua rede para mais de 28,4 mil vagas de acolhimento de pessoas em situação de rua. Foram entregues 14 Vilas Reencontro, que somam mais de 4,2 mil vagas, e criados benefícios para apoiar alternativas de acolhimento e moradia.

A proteção às mulheres também avançou: o Auxílio-Aluguel já beneficiou 5,4 mil vítimas de violência doméstica. A gestão entregou ainda 12 novas unidades de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e 11 novos Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial.

Para 2027, a proposta prevê R\$ 1,81 bilhão para Assistência Comunitária, R\$ 948 milhões para Assistência à Criança e ao Adolescente e R\$ 651 milhões para Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. Os recursos apoiam a continuidade da proteção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da autonomia e da cidadania.



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Assistência Social e Direitos da Cidadania

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

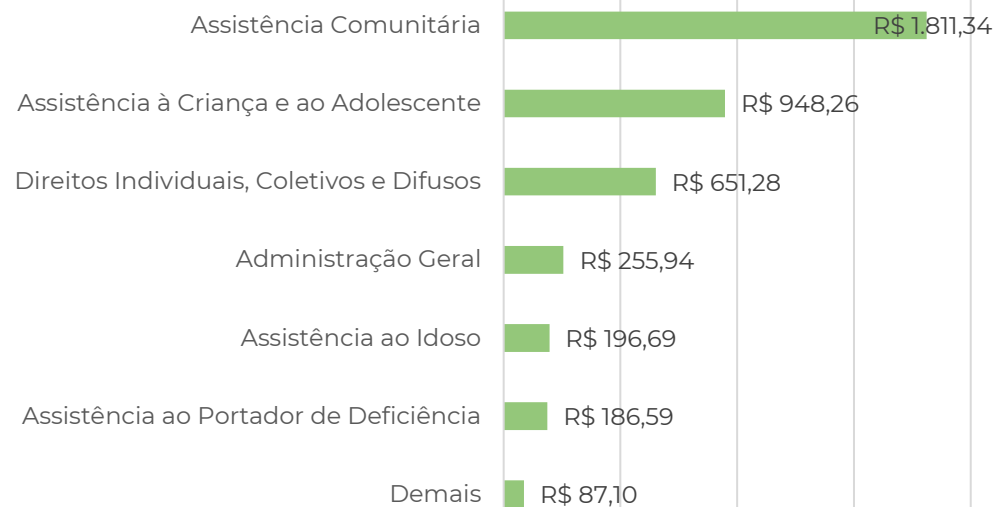
- FMAS
- SMADS
- FAASP
- SMDHC
- SMPED
- FUMCAD
- FMS/SMS
- FMID
- SMUL
- FMDC

VALOR TOTAL

R\$ **4,14 bi**

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA CIDADANIA

VALOR EM MILHÕES (R\$)



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Educação

A educação pública de qualidade amplia oportunidades e contribui para reduzir desigualdades desde a primeira infância. A função Educação reúne recursos para o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes, incluindo a valorização dos profissionais, a alimentação escolar, a inclusão e a melhoria dos espaços de ensino.

A rede municipal atende mais de 1 milhão de alunos e oferece mais de 2 milhões de refeições por dia. Em 2026, a Prefeitura manteve a fila por vagas em creches zerada pelo sexto ano consecutivo. O Programa São Paulo Integral alcançou 145,7 mil estudantes em 776 escolas, ampliando o tempo e as oportunidades de aprendizagem. Desde 2025, foram entregues cinco novos CEUs, e 37 unidades já tiveram suas reformas concluídas. A rede também superou a meta de alfabetização do MEC em 2024 e 2025.

Na proposta para 2027, destacam-se R\$ 14,78 bilhões para Educação Infantil, R\$ 8,10 bilhões para Ensino Fundamental e R\$ 1,84 bilhão para Alimentação e Nutrição. Essas destinações reforçam a prioridade à primeira infância, à aprendizagem e às condições necessárias para que os estudantes desenvolvam suas capacidades em uma rede cada vez mais inclusiva.



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Educação

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

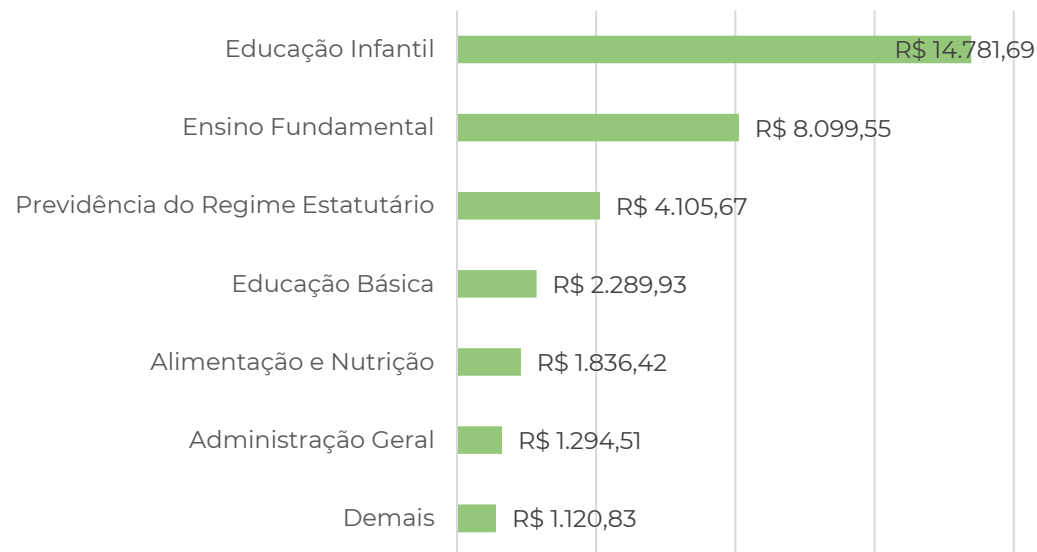
- SME
- EGM
- FPETC
- SMDET
- SPCINE

VALOR TOTAL

R\$ **33,53 bi**

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO EM EDUCAÇÃO

VALOR EM **MILHÕES** (R\$)



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Habitação e Saneamento

Moradia adequada significa segurança, dignidade e acesso à cidade. As funções Habitação e Saneamento articulam a oferta habitacional, a urbanização de assentamentos, a regularização fundiária e a melhoria da infraestrutura, com prioridade para as famílias que mais precisam e para a redução das desigualdades territoriais.

O Pode Entrar é um dos principais programas da Prefeitura e amplia as possibilidades de acesso à casa própria por meio de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de moradias. Desde 2021, foram investidos R\$ 15,8 bilhões em Habitação.

No conjunto da política habitacional, no mesmo período, foram entregues mais de 23 mil unidades, e outras 37 mil estão em obras. O Programa Escritura na Mão já beneficiou 100,2 mil famílias, enquanto as intervenções de urbanização de favelas alcançaram mais de 39 mil famílias. O Pode Entrar Melhorias complementa essa atuação com a reforma e a requalificação de imóveis, somando 1.100 reformas contratadas.

Para 2027, estão previstos R\$ 3,69 bilhões para Habitação Urbana e R\$ 1,63 bilhão para Saneamento Básico Urbano. A proposta dá continuidade à ampliação do acesso à moradia e à qualificação dos territórios, integrando a política habitacional à melhoria das condições de vida da população.



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Habitação e Saneamento

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

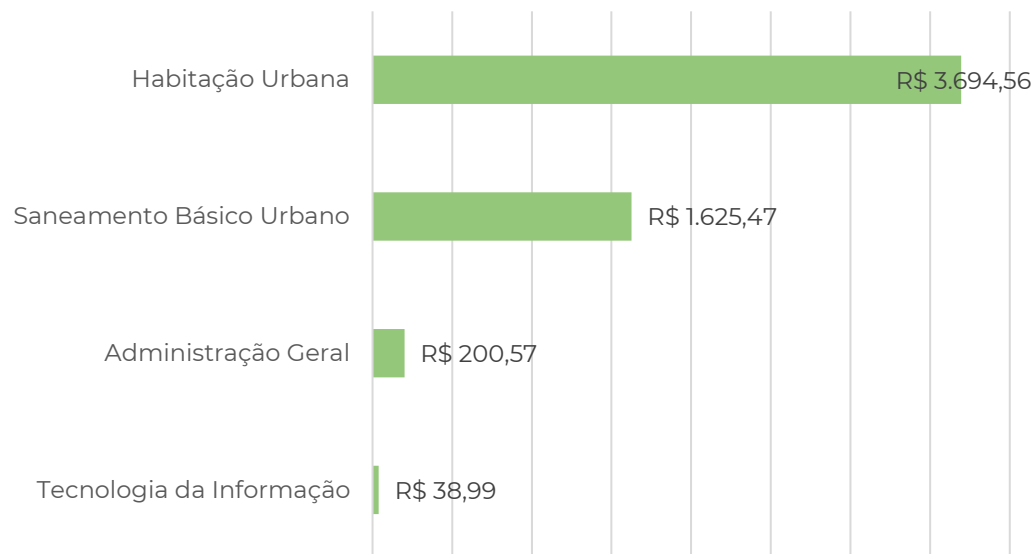
- SMUL
- SEHAB
- SIURB
- FUNDURB
- COHAB
- FMSAI
- FMH
- FMD
- SMSUB

VALOR TOTAL

R\$ **5,56 bi**

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO EM HABITAÇÃO E SANEAMENTO

VALOR EM MILHÕES (R\$)



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Saúde

Cuidar da saúde da população exige uma rede presente nos territórios e capaz de atender às diferentes necessidades ao longo da vida. A função Saúde reúne as ações de promoção, prevenção e assistência do Sistema Único de Saúde, da atenção básica aos serviços especializados, hospitalares e de urgência e emergência.

Desde 2021, São Paulo ganhou 118 equipamentos e serviços de saúde. Em 2025, a rede municipal realizou 33 milhões de consultas médicas, 10 milhões a mais que em 2021. A cidade conta com 484 Unidades Básicas de Saúde e 34 Unidades de Pronto Atendimento. O Avança Saúde Cirurgias e Exames já realizou mais de 1,1 milhão de procedimentos cirúrgicos e diagnósticos, enquanto a modernização dos hospitais amplia as condições de atendimento e a capacidade da rede.

Para 2027, a proposta prevê R\$ 11,61 bilhões para Assistência Hospitalar e Ambulatorial e R\$ 10,21 bilhões para Atenção Básica. As prioridades incluem a qualificação dos serviços, a modernização da infraestrutura, a incorporação de tecnologias e a ampliação do acesso, fortalecendo a continuidade do cuidado e a capacidade de resposta às demandas da população.



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Saúde

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

- FMS/SMS
- EGM
- HSPM
- FMD

VALOR TOTAL

R\$ **27,76 bi**

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO EM SAÚDE

VALOR EM **MILHÕES** (R\$)

Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 11.612,51
Atenção Básica	R\$ 10.206,86
Administração Geral	R\$ 3.052,54
Suporte Profilático e Terapêutico	R\$ 906,92
Previdência do Regime Estatutário	R\$ 789,55
Tecnologia da Informação	R\$ 775,27
Demais	R\$ 418,06



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Segurança Pública

A segurança dos espaços públicos e a proteção das pessoas são condições essenciais para o exercício da cidadania. A função Segurança Pública reúne a atuação municipal na prevenção da violência, na proteção do patrimônio público e na preparação e resposta a situações de risco, articulando presença territorial, tecnologia e cooperação entre instituições.

A Prefeitura ampliou o efetivo da Guarda Civil Metropolitana em 2 mil agentes desde 2021. O Smart Sampa alcançou 50 mil câmeras instaladas, fortalecendo o monitoramento e o apoio às ações de segurança. Em 2026, foi criada a Ronda Ostensiva Municipal, com 327 agentes e 30 viaturas. A proteção às mulheres também foi ampliada: o Programa Guardiã Maria da Penha cobre toda a cidade e atende todas as mulheres encaminhadas pelo Ministério Público. Por fim, as 32 Inspetorias Regionais da GCM receberam melhorias.

Para 2027, a proposta reúne aproximadamente R\$ 2,13 bilhões na função Segurança Pública, dos quais R\$ 662 milhões em Policiamento. Os recursos sustentam a atuação da Guarda, a estrutura operacional e as ações de prevenção e proteção, com prioridade à segurança urbana e à capacidade municipal de enfrentar situações de risco..



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Segurança Pública

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

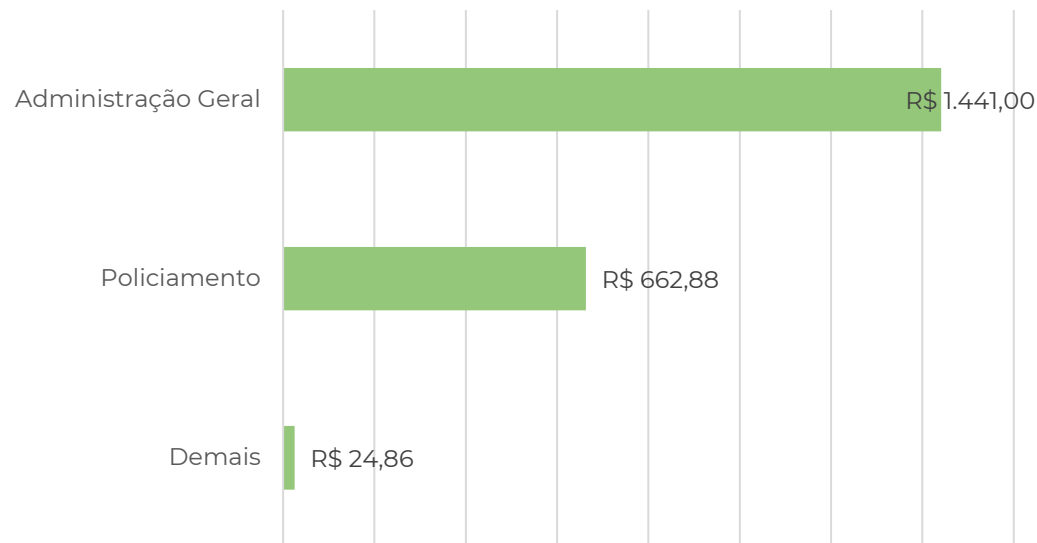
- SMSU
- EGM
- SGM

VALOR TOTAL

R\$ **2,13 bi**

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

VALOR EM **MILHÕES** (R\$)



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Transporte e Urbanismo

Uma cidade mais acessível depende de transporte coletivo de qualidade e de espaços urbanos bem cuidados. As funções Transporte e Urbanismo reúnem ações de mobilidade, infraestrutura e serviços urbanos, conectando os bairros e melhorando as condições de circulação, convivência e acesso às oportunidades.

A Prefeitura vem ampliando as alternativas de deslocamento e modernizando o sistema de transporte. O Domingão Tarifa Zero beneficia quase 3 milhões de pessoas com gratuidade no transporte municipal aos domingos, e o Aquático SP já transportou mais de 1,3 milhão de passageiros. A frota conta com 1.571 ônibus a bateria, além de 188 trólebus, e 19 terminais foram revitalizados por meio de parceria público-privada.

Na infraestrutura urbana, desde 2021, foram concluídas intervenções em 304 unidades estruturais de pontes e viadutos, fortalecendo a segurança e a conservação da cidade. Além disso, foram mais de R\$ 11 bilhões investidos pela Prefeitura no combate às enchentes, com destaque para as obras de 17 novos reservatórios, 9 dos quais já entregues, resultando em redução de 25% no número de alagamentos nos três primeiros meses de 2026 (em comparação com o mesmo período de 2025)

Para 2027, estão previstos R\$ 14,25 bilhões para Transportes Coletivos Urbanos, R\$ 10,86 bilhões para Serviços Urbanos e R\$ 4,12 bilhões para Infraestrutura Urbana. As prioridades abrangem a qualificação do transporte, a mobilidade ativa, a manutenção viária e o cuidado com os espaços públicos, incluindo limpeza e iluminação, para tornar os deslocamentos e a vida cotidiana mais seguros e acessíveis.



DESTAQUE TEMÁTICO



LOA

2027

Transporte e Urbanismo

PRINCIPAIS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

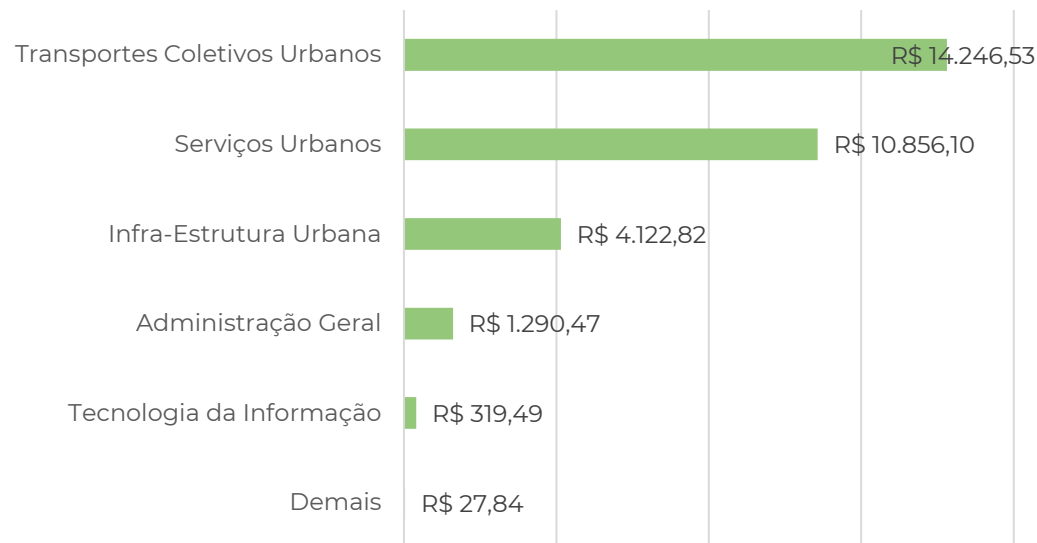
- SMT
- SMSUB
- FMLU
- SIURB
- SMUL
- FMDT
- FUNDURB
- FUNDIP
- SPREGULA
- SUB-SÉ
- SPU

VALOR TOTAL

R\$ **30,86 bi**

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO EM TRANSPORTE E URBANISMO

VALOR EM MILHÕES (R\$)





06.

LOA

2027



REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO



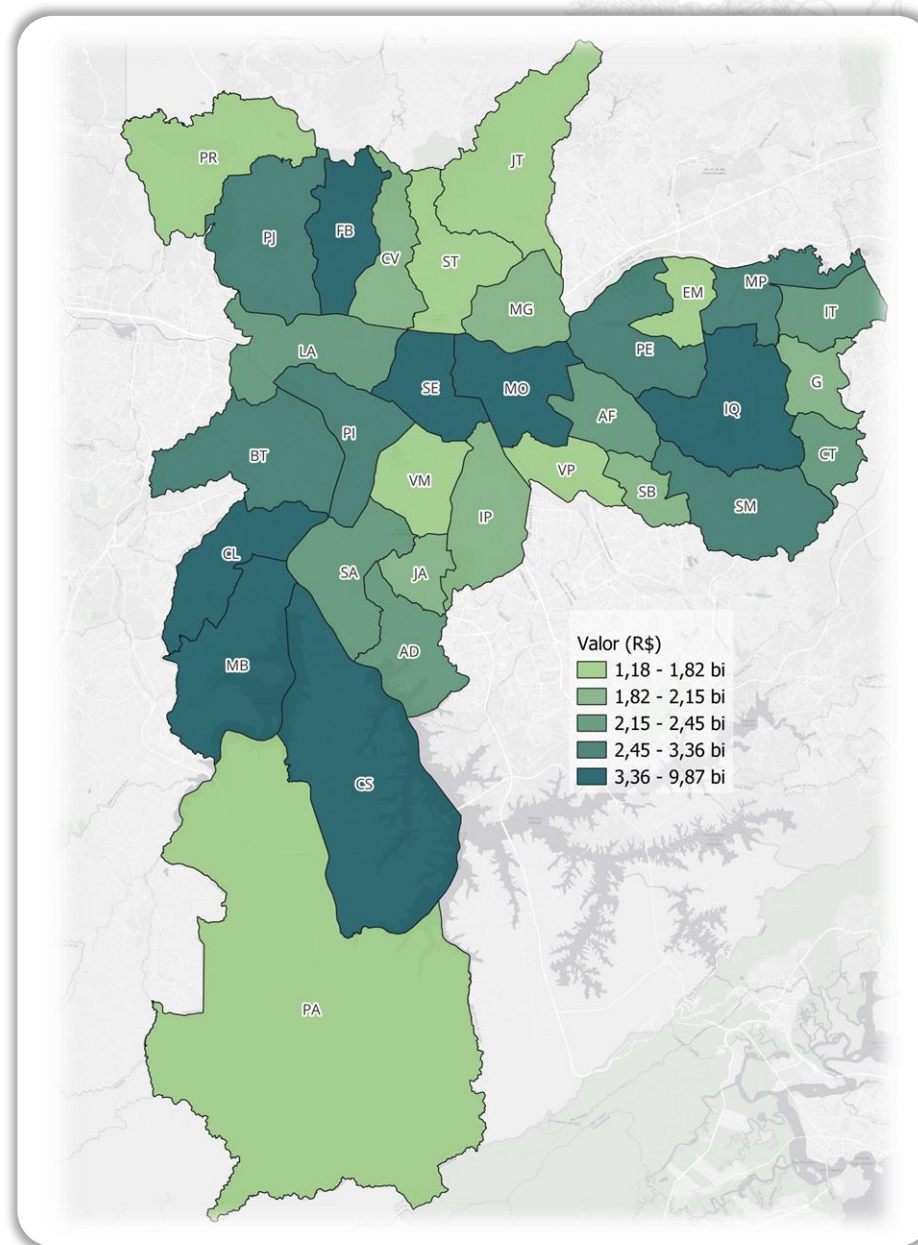
→ O planejamento regionalizado do orçamento público serve para apoiar a formulação e a implementação de programas e ações voltados a equilibrar disparidades entre diferentes territórios da cidade, considerando a dimensão espacial para distribuir recursos de maneira mais equitativa, em vista das necessidades da população em termos de infraestrutura e acesso a serviços públicos. O PPA 2026-2029 estabelece a regionalização como diretriz estratégica para a cidade de São Paulo, com o Índice de Distribuição Regional do Gasto Público (IDRGP), composto por indicadores regionais de vulnerabilidade social, infraestrutura urbana e demografia. O objetivo do IDRGP, conforme o PPA, é direcionar a alocação de investimentos e a expansão de custeio com ampliação e/ou melhoria da oferta de serviços entre os territórios das 32 subprefeituras. Para além dessa estratégia distributiva de regionalização do orçamento, a Prefeitura tem trabalhado para garantir maior transparência nas etapas de planejamento e execução de suas despesas, utilizando o código denominado Detalhamento da Ação (DA) como forma de registrar a distribuição das despesas por regiões e territórios de cada subprefeitura. Essas medidas

possibilitam a constante avaliação e revisão de prioridades governamentais para a aplicação dos gastos públicos nas diferentes regiões da cidade. Além disso, a regionalização possibilita que a Prefeitura preste contas da aplicação dos recursos no território e que a população seja incentivada a participar dos processos de planejamento e controle social do orçamento, o que leva ao aumento de eficiência dos gastos públicos.

A seguir, o mapa apresenta a distribuição das despesas por território no PLOA 2027. Cabe destacar que os valores regionalizados não correspondem ao total de gastos planejados para a cidade, pois há despesas que, por sua natureza, não podem ser atribuídas a uma região específica da cidade, como é o caso do pagamento da dívida pública e dos precatórios, por exemplo. Assim, do orçamento total de R\$ 146,52 bilhões previstos para 2027, foi regionalizado o valor de R\$ 86,21 bilhões. Esse montante corresponde a 58,9% do orçamento total, índice que tem crescido nos últimos anos, refletindo, assim, o compromisso da Prefeitura em tornar o orçamento mais transparente e aderente às demandas dos diferentes territórios da Cidade.



Regionalização das despesas em geral por subprefeitura



*Os dados da regionalização do orçamento por subprefeitura podem ser acessados na Base de Dados do Quadro Detalhado da Despesa, disponível no [Portal do Orçamento da PMSP](#).

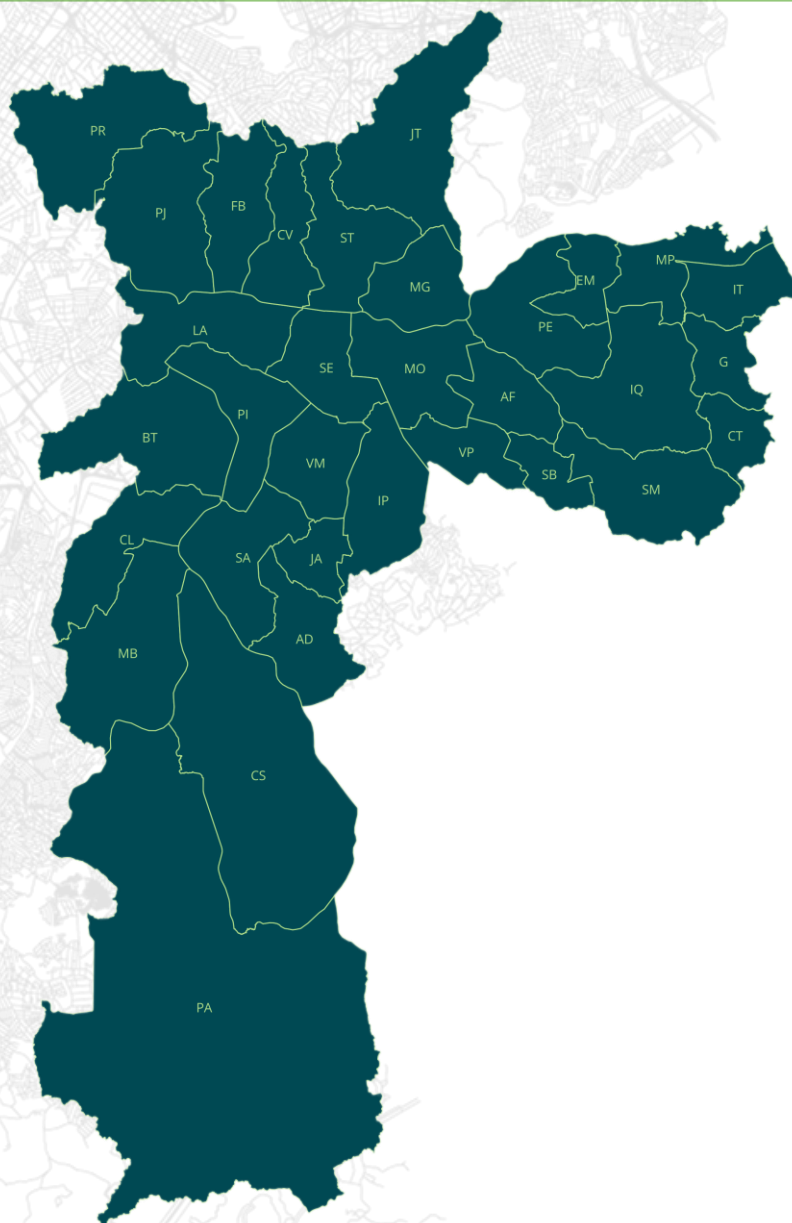
07.

LOA

2027



SUBPREFEITURAS



→ A proposta orçamentária de 2027 para as Subprefeituras, entendidas não como divisões do território paulistano, mas como órgãos administrativos responsáveis por gerir serviços urbanos em cada um desses territórios, totaliza R\$ 2,27 bilhões, valor consideravelmente maior do que a proposta do PLOA de 2026. Com isso, busca-se não somente garantir a manutenção dos serviços e atividades de cada uma, sobretudo as ações relacionadas à zeladoria urbana, mas também a expansão do rol de projetos empreendidos pelas 32 Subprefeituras.

A seguir, apresenta-se uma comparação dos valores orçados para as Subprefeituras entre 2026 e 2027, em que se verifica um aumento geral médio de 6,7%.

SUBPREFEITURA	PLOA 2026 (R\$)	PLOA 2027 (R\$)	SUBPREFEITURA	PLOA 2026 (R\$)	PLOA 2027 (R\$)
ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO	58.016.421	60.917.233	LAPA	65.027.256	68.278.611
BUTANTÃ	54.587.182	57.316.534	M'BOI MIRIM	64.303.914	67.519.104
CAMPO LIMPO	61.465.633	64.538.911	MOOCA	92.294.859	96.909.591
CAPELA DO SOCORRO	51.463.675	66.036.854	PARELHEIROS	71.153.647	74.711.323
CASA VERDE/ LIMÃO/CACHOEIRINHA	44.342.613	53.559.740	PENHA	66.067.211	69.370.562
CIDADE ADEMAR	61.232.580	64.294.203	PERUS/ANHANGUERA	39.644.976	45.627.222
CIDADE TIRADENTES	53.125.591	55.781.868	PINHEIROS	68.522.942	71.949.084
GUAIANASES	71.557.951	75.135.844	PIRITUBA/JARAGUÁ	62.454.545	69.577.264
VILA PRUDENTE	50.600.353	53.130.365	SANTANA/TUCURUVI	68.801.299	72.241.358
ERMELINO MATARAZZO	56.199.677	59.009.655	SANTO AMARO	66.864.062	73.207.261
FREGUESIA/BRASILÂNDIA	63.180.536	69.339.557	SÃO MATEUS	79.962.451	83.960.563
IPIRANGA	75.205.925	78.966.216	SÃO MIGUEL PAULISTA	65.604.476	70.884.693
ITAIM PAULISTA	61.610.561	64.691.083	SAPOPEMBA	44.849.836	47.092.322
ITAQUERA	88.677.530	93.111.400	SÉ	190.921.870	200.467.957
JABAQUARA	58.860.929	61.803.967	VILA MARIA/VILA GUILHERME	50.593.572	53.123.247
JAÇANÃ/TREMembé	55.667.118,00	58.450.467	VILA MARIANA	67.606.636	70.986.961

08.

LOA

2027



INTERSETORIALIDADE



—> A Lei Orçamentária Anual (LOA) estrutura a alocação dos recursos públicos entre os diversos órgãos da Administração Municipal. Entretanto, a implementação das políticas públicas ocorre de forma integrada, envolvendo a atuação conjunta de diferentes áreas de governo. Nesse contexto, a proposta orçamentária apresenta recortes temáticos que permitem evidenciar como os recursos públicos contribuem para prioridades estratégicas e públicos específicos, ampliando a transparência e fortalecendo a articulação entre planejamento e orçamento.

Integram essa abordagem o Orçamento Climático, o Orçamento da Pessoa Idosa, o Orçamento da Igualdade Racial, o Orçamento das Mulheres, o Orçamento da

Pessoa com Deficiência e o Orçamento da Primeira Infância. Esses instrumentos intersetoriais possibilitam visualizar, de forma transversal, a participação de diferentes órgãos, programas e ações na promoção de direitos, na redução de desigualdades e no enfrentamento de desafios estruturais da cidade, como a adaptação às mudanças climáticas e a ampliação da inclusão social.

A identificação das ações orçamentárias associadas a cada orçamento temático oferece uma visão mais abrangente dos investimentos destinados a essas agendas, contemplando tanto políticas diretamente voltadas aos seus públicos de referência quanto iniciativas cujos benefícios ocorrem de forma complementar ou indireta.



A identificação dos recursos associados aos orçamentos temáticos foi realizada por meio de metodologia específica de etiquetagem das ações orçamentárias e apropriação de valores. As ações foram classificadas conforme sua relação com cada orçamento, abrangendo tanto iniciativas diretamente voltadas aos públicos ou temas contemplados quanto ações de caráter transversal cujos benefícios ocorrem de forma indireta. Para isso, foram utilizados critérios baseados na nomenclatura de programas e ações orçamentárias, na análise de informações da execução orçamentária e na aderência a planos setoriais, documentos técnicos e instrumentos normativos. No caso do Orçamento da Primeira Infância, foi adotada a metodologia do Orçamento da Primeira Infância (OPI), utilizada pela Prefeitura desde 2019.

Já o Orçamento Climático foi construído a partir da vinculação entre as metas do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP) e as ações previstas nos instrumentos de planejamento e orçamento. As ações climáticas foram identificadas e validadas em conjunto com os órgãos municipais, considerando sua contribuição para os eixos de Mitigação, Adaptação e Equidade, de modo a incorporar a variável climática ao processo orçamentário e ampliar a transparência sobre os recursos destinados ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Mais detalhes sobre a elaboração dos orçamentos intersetoriais podem ser consultados no Anexo IV e Anexo V do PPA 2026-2029.



8.1.



ORÇAMENTO DA PESSOA IDOSA

O Orçamento da Pessoa Idosa evidencia os recursos destinados a políticas, programas e ações que promovem a proteção de direitos, o envelhecimento ativo, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população idosa. Trata-se de um orçamento composto por iniciativas distribuídas em diferentes áreas da Administração Municipal, com destaque para saúde, transporte, assistência social e direitos da cidadania.



→ O Orçamento da Pessoa Idosa representa um avanço na incorporação da temática do envelhecimento ao planejamento governamental, permitindo identificar e acompanhar os recursos destinados às políticas voltadas à população idosa.

Sua construção reflete o reconhecimento de que o envelhecimento da população é uma realidade cada vez mais presente na cidade de São Paulo e demanda ações articuladas entre diferentes áreas da Administração Municipal.

Dessa forma, o instrumento fortalece a transparência da ação pública e evidencia o esforço transversal realizado pelo Município para promover inclusão, proteção social, autonomia e qualidade de vida, ampliando a integração entre planejamento, orçamento e políticas públicas voltadas à longevidade.

LOA

2027



Orçamento da Pessoa Idosa

Principais Órgãos envolvidos

- FMS/SMS
- SMT
- FMAS

08. INTERSETORIALIDADE

Aumento em relação ao
previsto no PPA:

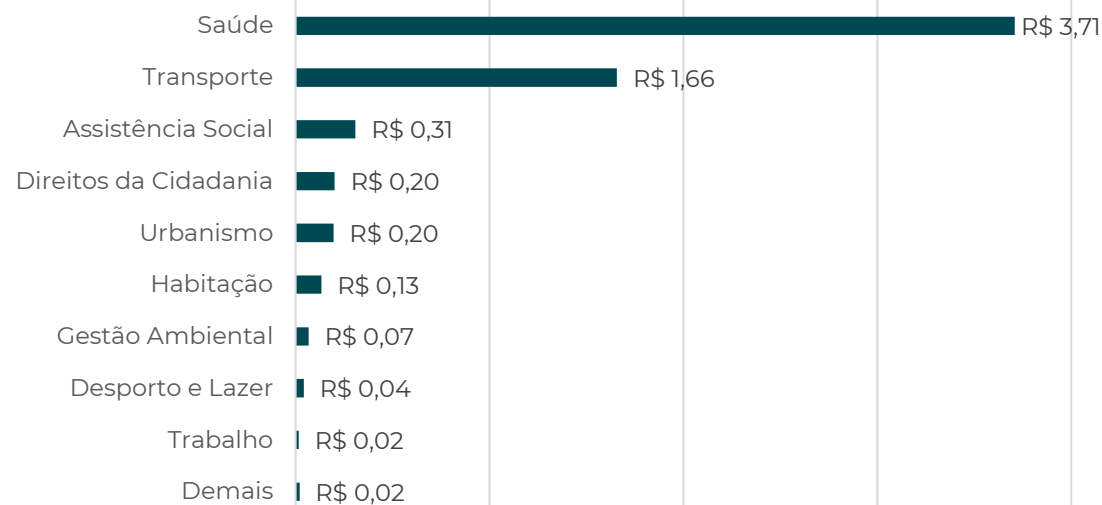
+11,82%

VALOR ORÇADO PREVISTO

R\$ 6.346.884.996

DESPESAS POR FUNÇÃO

VALOR EM **BILHÕES** (R\$)





8.2.



ORÇAMENTO CLIMÁTICO

O Município de São Paulo integra a agenda climática ao planejamento e ao orçamento municipal, por meio do Orçamento Climático. Este instrumento atua como uma ponte entre as metas do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP) e as decisões orçamentárias anuais, orientando recursos para ações voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao fortalecimento da resiliência urbana e à promoção da justiça climática.

De forma intersetorial, o Orçamento Climático reúne ações de diferentes órgãos e áreas da Prefeitura, refletindo o compromisso do Município com a construção de uma cidade mais sustentável, resiliente e inclusiva.



8.2.

Orçamento Climático

O Orçamento Climático do município de São Paulo está estruturado em três eixos – **Mitigação, Adaptação e Equidade** – que orientam a atuação do município diante dos diferentes desafios relacionados às mudanças climáticas. Esses eixos se inter-relacionam e se complementam para a construção de uma São Paulo mais sustentável, resiliente e justa.

Mitigação

Reúne iniciativas destinadas ao **controle** e à **redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) de origem antrópica**.

Adaptação

Concentra ações voltadas à **redução dos impactos de eventos climáticos extremos**, fortalecendo a resiliência urbana e a proteção de pessoas, ecossistemas e bens.

Equidade

De forma transversal, **assegura que as ações de Mitigação e Adaptação beneficiem toda a população de maneira justa**, reduzindo desigualdades intensificadas pela crise climática.



LOA

2027



Orçamento Climático

08. INTERSETORIALIDADE

Aumento em relação ao previsto no PPA:

+6,08%

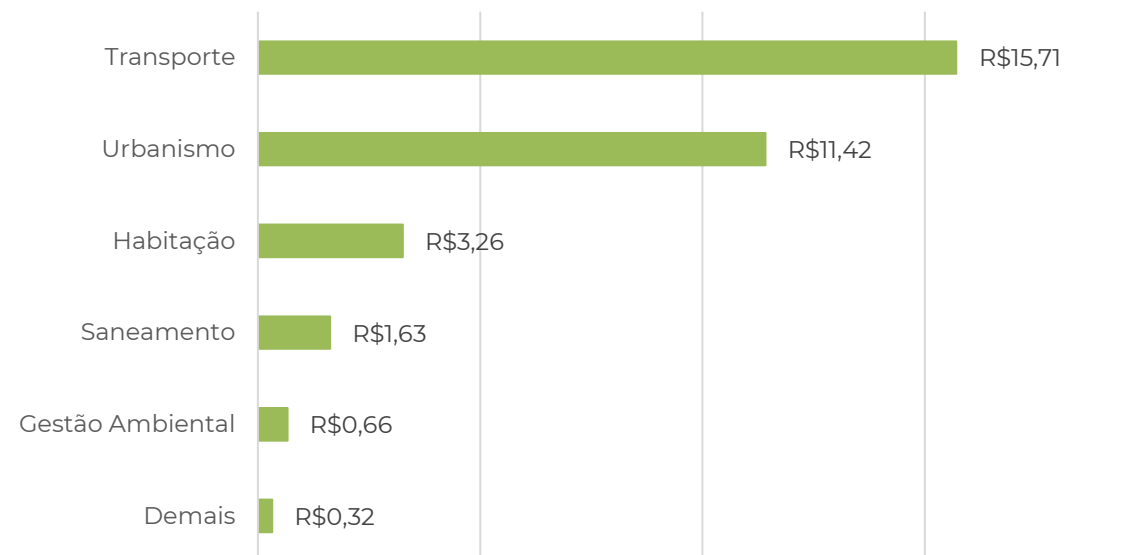
VALOR ORÇADO PREVISTO

R\$ 33.001.824.675

Principais Órgãos envolvidos

- SMT
- SIURB
- FMLU
- SMUL
- SMSUB
- SEHAB

DESPESAS POR FUNÇÃO

VALOR EM **BILHÕES** (R\$)



8.3.



ORÇAMENTO DA IGUALDADE RACIAL

O Orçamento da Igualdade Racial reúne os recursos destinados a políticas, programas e ações voltados à promoção da equidade racial e ao enfrentamento das desigualdades estruturais. Os recursos estão distribuídos entre diversas áreas da Administração Municipal, evidenciando as iniciativas que contribuem, de forma direta ou indireta, para a ampliação de oportunidades, a promoção de direitos e a valorização da diversidade racial na cidade.

LOA

2027



Orçamento da Igualdade Racial

Órgãos envolvidos

- FMS/SMS
- FMAS
- SEHAB

08. INTERSETORIALIDADE

Aumento em relação ao previsto no PPA:

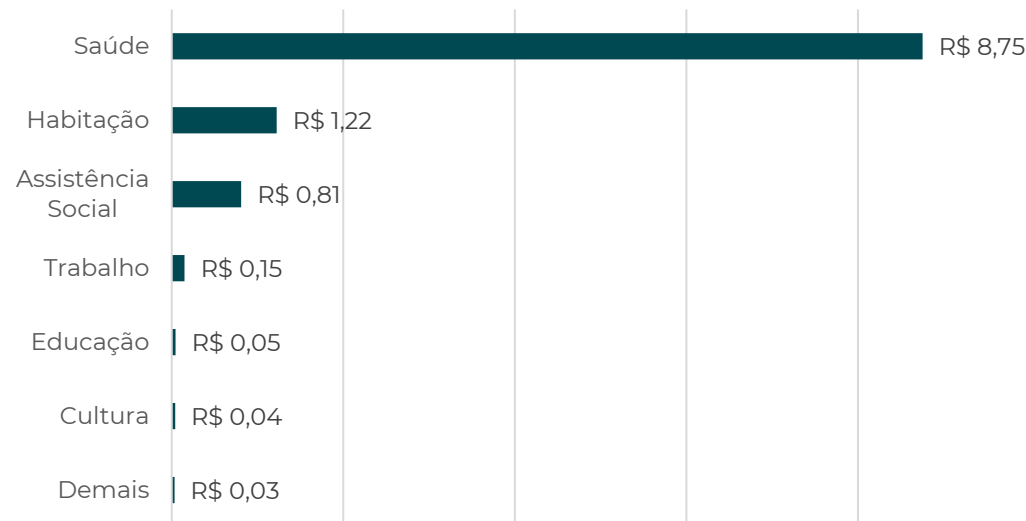
+2,12%

VALOR ORÇADO PREVISTO

R\$ 11.050.853.504

DESPESAS POR FUNÇÃO

VALOR EM **BILHÕES** (R\$)





8.4.

ORÇAMENTO DA MULHER

O Orçamento da Mulher evidencia os recursos destinados a políticas, programas e ações voltados à promoção dos direitos das mulheres e à redução das desigualdades de gênero. Composto por iniciativas distribuídas em diferentes setores da Administração Municipal, destaca-se pela concentração de recursos nas áreas de saúde, educação e habitação, refletindo o caráter intersetorial das políticas públicas voltadas às mulheres.

LOA

2027



Orçamento da Mulher

Órgãos envolvidos

- FMS/SMS
- SME
- HSPM

08. INTERSETORIALIDADE

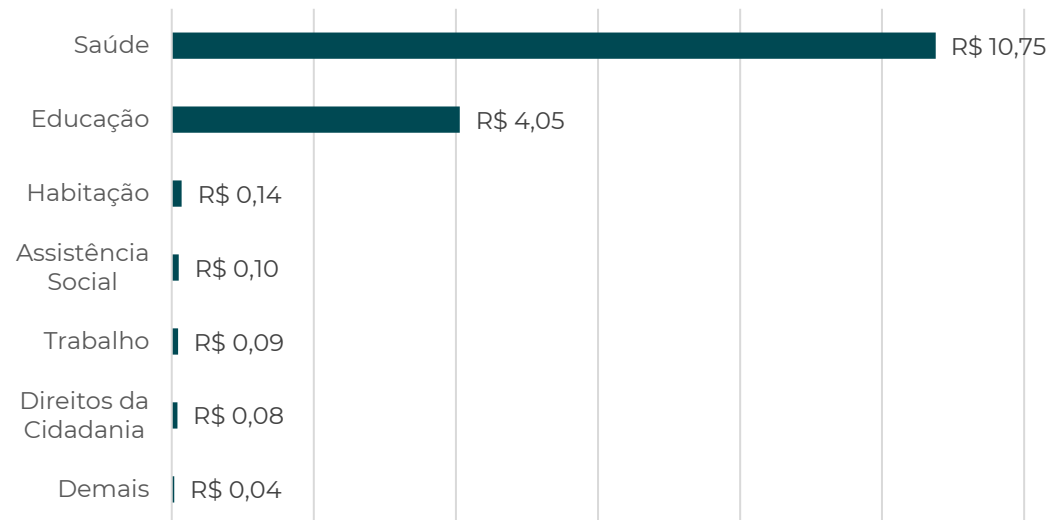
Aumento em relação
ao previsto no PPA:

+6,59%

VALOR ORÇADO PREVISTO

R\$ 15.251.830.040

DESPESAS POR FUNÇÃO

VALOR EM **BILHÕES** (R\$)



JUNTOS
FAZEMOS
SENTIDO!



8.5.



ORÇAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Orçamento da Pessoa com Deficiência reúne os recursos destinados à promoção da acessibilidade, da inclusão e da garantia de direitos das pessoas com deficiência. As ações identificadas encontram-se distribuídas em diferentes áreas da Administração Municipal, com destaque para saúde, transporte e urbanismo, evidenciando a natureza intersetorial das iniciativas voltadas à ampliação da autonomia e da participação social desse público.

LOA

2027



Orçamento da Pessoa com Deficiência

Principais Órgãos envolvidos

- FMS/SMS
- SMT
- SME

08. INTERSETORIALIDADE

Aumento em relação
ao previsto no PPA:

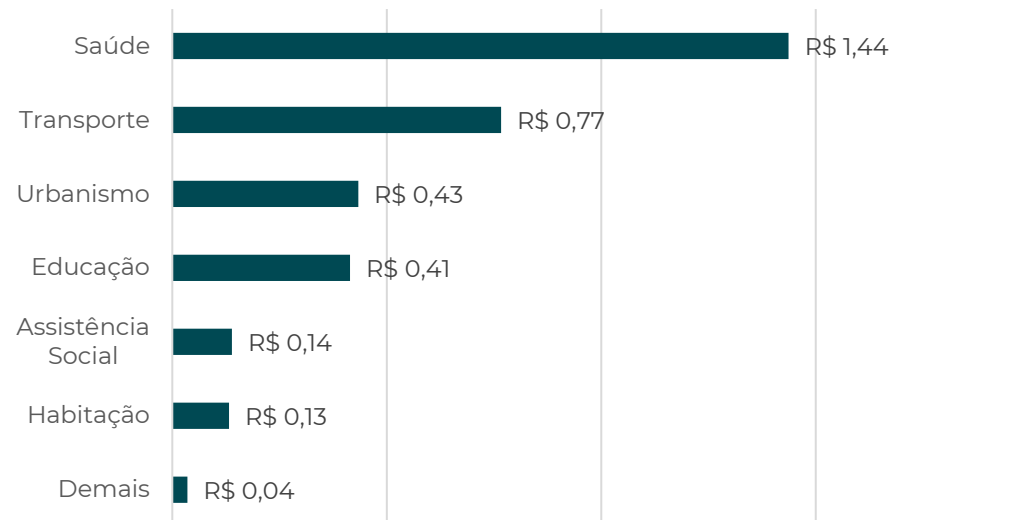
+23,82%

VALOR ORÇADO PREVISTO

R\$ 3.358.745.778

DESPESAS POR FUNÇÃO

VALOR EM **BILHÕES** (R\$)





8.6



ORÇAMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Orçamento da Primeira Infância evidencia os recursos destinados a políticas, programas e ações voltados à proteção e ao desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Ele reúne iniciativas exclusivas e não exclusivas distribuídas em diferentes áreas da Administração Municipal, com destaque para educação, saúde e urbanismo.

LOA

2027



Orçamento da Primeira Infância

Principais Órgãos envolvidos

- SME
- FMS/SMS
- FMAS

08. INTERSETORIALIDADE

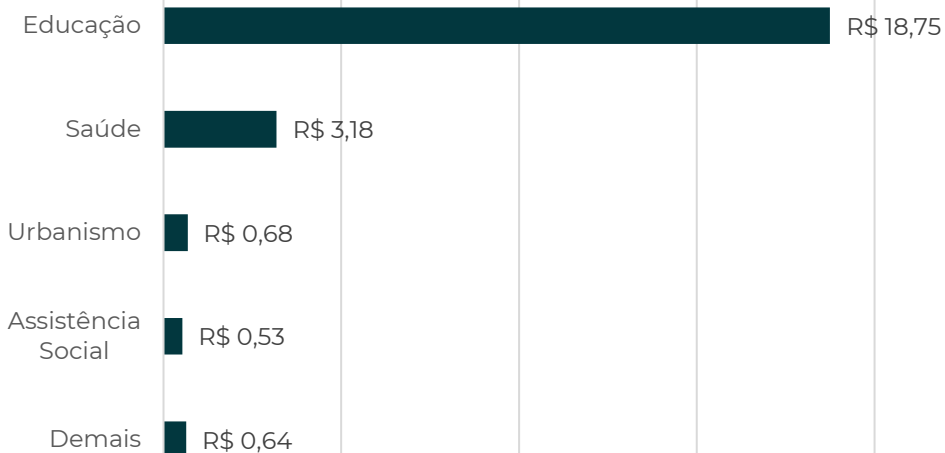
Aumento em relação
ao previsto no PPA:

+5,21%

VALOR ORÇADO PREVISTO

R\$ 23.772.636.439

DESPESAS POR FUNÇÃO

VALOR EM **BILHÕES** (R\$)

09.

LOA

2027



ORÇAMENTO CIDADÃO

Apresentação do Processo Participativo



→ A Prefeitura de São Paulo, sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência, promove o processo participativo Orçamento Cidadão, proporcionando a participação social regionalizada na elaboração da proposta orçamentária. O processo está em sua sétima edição, tendo passado por revisões e aprimoramento no decorrer desse período. Desde a elaboração do orçamento municipal em 2020 (PLOA 2021), o processo tem incorporado ao PLOA propostas de munícipes, na forma de compromissos pelos órgãos responsáveis, cuja execução é prioritária, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2027.

A participação popular ocorre por meio de audiências públicas regionalizadas por subprefeitura. Os munícipes podem apresentar propostas durante as audiências, presencialmente, ou de forma online na Plataforma Participe Mais, assegurando a participação em toda a cidade. As propostas recebidas são priorizadas pelos Conselhos Participativos Municipais (CPM), órgãos autônomos de representação da população nas 32 subprefeituras da cidade, e analisadas pelos órgãos municipais

quanto à sua viabilidade de implementação. Os CPM exercem o controle social e apresentam as demandas e prioridades das comunidades locais.

O Orçamento Cidadão conta com recursos específicos, no montante de **R\$ 320 milhões**, destinados à execução dos compromissos, sendo R\$ 10 milhões destinados a cada subprefeitura. Além dos recursos destinados exclusivamente ao processo, os órgãos municipais podem destinar recursos próprios, previstos no seu planejamento, para a execução de propostas recebidas da população.

Os recursos destinados a cada subprefeitura são alocados às propostas consideradas viáveis, conforme a ordem de prioridade definida pelo Conselho Participativo Municipal, até o limite de R\$ 10 milhões por região. As propostas contempladas, bem como aquelas consideradas viáveis com recursos próprios dos órgãos municipais, constituem os compromissos assumidos para execução no exercício de 2027 e estão consolidadas no **Caderno VI - Compromissos do Orçamento Cidadão**.

<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>



Nesse caderno, as propostas estão organizadas por subprefeitura e apresentadas em fichas individuais. A navegação pode ser realizada por meio do sumário, que contém links para cada subprefeitura. Os apêndices complementam essa organização ao permitir a consulta das propostas sob diferentes perspectivas, incluindo atalhos para as respectivas fichas ao longo do documento.

Mais informações sobre as etapas, os resultados e o monitoramento do Orçamento Cidadão podem ser consultadas na [Plataforma Participe Mais](#) e no [Portal do Orçamento](#) da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência. No Portal do Orçamento, esses conteúdos também estão disponíveis em formato de dados abertos e por meio do painel interativo do Orçamento Cidadão 2027.

A seguir, são apresentadas as etapas do Orçamento Cidadão, os resultados de cada uma delas e o cronograma do processo participativo na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027.



Etapas e Resultados

09. ORÇAMENTO CIDADÃO



<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>



- **CEU** – Centro Educacional Unificado
- **COHAB** – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
- **COSIP** – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública
- **CPM** – Conselho Participativo Municipal
- **DA** – Detalhamento da Ação
- **EGM** – Encargos Gerais do Município
- **FAASP** – Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo
- **FMAS** – Fundo Municipal de Assistência Social
- **FMDC** – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor
- **FMDT** – Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito
- **FMH** – Fundo Municipal de Habitação
- **FMID** – Fundo Municipal do Idoso
- **FMLU** – Fundo Municipal de Limpeza Urbana
- **FMS/SMS** – Fundo Municipal de Saúde
- **FMSAI** – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
- **FMI** – Fundo Monetário Internacional
- **FUMCAD** – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- **FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- **FUNDIP** – Fundo Municipal de Iluminação Pública
- **FUNDURB** – Fundo de Desenvolvimento Urbano
- **FPTEC** – Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura
- **GEE** – Gases de Efeito Estufa
- **HSPM** – Hospital do Servidor Público Municipal
- **ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- **IDRGP** – Índice de Regionalização do Gasto Público
- **IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano
- **IPVA** – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- **ISS** – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- **ITBI** – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos
- **LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- **OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- **OPI** – Orçamento da Primeira Infância
- **PAT** – Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários
- **PlanClima SP** – Plano de Ação Climática do Município de São Paulo
- **PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária Anual
- **PPA** – Plano Plurianual
- **PPI** – Programa de Parcelamento Incentivado
- **PRD** – Programa de Regularização de Débitos
- **SEHAB** – Secretaria Municipal de Habitação
- **SIURB** – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
- **SMADS** – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- **SMDET** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
- **SMDHC** – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
- **SME** – Secretaria Municipal de Educação
- **SMPED** – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
- **SMS** – Secretaria Municipal da Saúde
- **SMSUB** – Secretaria Municipal das Subprefeituras
- **SMSU** – Secretaria Municipal de Segurança Urbana
- **SMT** – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte
- **SMUL** – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
- **SUS** – Sistema Único de Saúde
- **SVMA** – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente
- **TDM** – Transação de Débitos Tributários
- **TEA** – Transtorno do Espectro Autista
- **TFA** – Taxa de Fiscalização de Anúncios
- **TFE** – Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos
- **TRSD** – Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares
- **TRSS** – Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde

SEPLAN

Secretaria Municipal de
Planejamento e Eficiência

Cibele Molina
Secretária Municipal

Fabricio Reis
Secretário Adjunto

Carlos Ruas
Chefe de Gabinete



COORDENADORIA DO
PROCESSO ORÇAMENTÁRIO
MUNICIPAL

Ariane Lacerda
Coordenadora

Bianca Mazoca
Thiago Ermel

C.O.P.L.A.N

DEPARTAMENTO DE
PLANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO

Thalita Hamanaka
Diretora

Fabíola Varanda
Giovana Bianconi
Kauane Braga
Maria Florio
Marília Capinzaiki

DIPROJ

DIVISÃO DE PROJEÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS

Patrícia Maria Drago
Diretora

Cesar de Mello
Matheus Lima
Stefano de Almeida

DIPAR

DIVISÃO DE PROCESSOS
PARTICIPATIVOS

Thiago Chaves
Diretor

Amanda de Souza
Bruna Félix
Camilla Costa
Leticia de Oliveira
Lucas Souza
Luiz Mistieri
Meiry Chan
Wilson Cabral

PROJETO GRÁFICO

Nathalie Portela

FOTOGRAFIAS

SECOM



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

LOA • 2027

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

CIDADE DE SÃO PAULO